

## CORREIO POLÍTICO

Eduardo Valente/Governo de Santa Catarina



Adriano pode virar o vice de Jorginho Mello

## Santa Catarina poderá rifar o veterano senador Amin

Um almoço em um badalado restaurante de Florianópolis na quarta-feira (21) pode ter selado um acordo para unificar os palanques de direita em Santa Catarina. Dizíamos aqui como a divisão do campo conservador vem dificultando essa unidade em diversos estados. Esse era o caso de Santa Catarina depois que o filho 02 do ex-presidente Jair Bolsonaro, Carlos, resolveu se mudar do Rio de Janeiro para lá para disputar uma vaga de senador. O almoço reuniu o governador Jorginho Mello (PL) com a cúpula catarinense do partido Novo. O acerto poderá unificar a direita no estado. Mas, se isso acontecer, fará uma vítima: o veterano senador e ex-governador de Santa Catarina Esperidião Amin (PP), de 78 anos.

## Carluxo bagunçou o jogo

Depois que Carlos Bolsonaro mudou-se do Rio para a cidade de São José para disputar uma vaga de senador pelo PL de Santa Catarina bagunçou o jogo que antes tinha sido combinado por Jorginho Mello. Por esse jogo, ele disputaria a reeleição, o PL teria uma vaga para o Senado e a outra vaga ficaria para Amin pelo PP. Inicialmente, a migração de Carluxo parecia que iria rifar do PL a deputada Caroline de Toni (PL).

Waldemir Barreto/Agência Senado



Acordo deixará Amin sem vaga para o Senado

## De Toni ameaçava ir para o Novo

No final do ano passado, uma pesquisa do Instituto Neokemp mostrava Caroline de Toni na liderança para o Senado. Carlos Bolsonaro era o segundo e, em terceiro, Esperidião Amin aparecia empatado com o presidente do Sebrae, Décio Lima (PT). Se Jorginho mantivesse o acordo com Amin tento Carluxo como candidato na outra vaga para o Senado, rifaria de Toni. Ela, então, começou a negociar uma transferência para o Novo, formando uma chapa contra Jorginho, tendo como candidato a governador o prefeito de Joinville, Adriano Silva (Novo).

## Joinville na vice

Tal arranjo implodiria a chapa de Jorginho Mello para a reeleição e racharia o campo da direita. O almoço na quarta ensaia um acordo do governador com o Novo. Que deixa Amim sem vaga. Segundo o que se apurou sobre o almoço, Jorginho Mello teria oferecido a Adriano Silva a vaga como vice-governador na sua chapa. Saiam candidatos a senador Carlos Bolsonaro e de Toni.

POR  
RUDOLFO LAGO

## Problemas

Fechado o acordo, Jorginho Mello poderá, sem dúvida, formar uma chapa forte. Mas Amin não será o único ferido deixado pelo caminho. O acerto inicial do governador acenava dar a vice para o MDB. Que fica, então, também de fora. Jorginho Mello tenta ainda atrair para o seu campo o PSD.

## Camboriú

Um dos principais políticos do PSD catarinense é o prefeito de Camboriú, Leonel Pavan. Camboriú é vizinha de Balneário Camboriú. Onde é vereador o irmão de Carluxo, Jair Renan (PL). Pavan, que já torcia o nariz para a presença vizinha de Jair Renan, criticou diretamente a convivência agora com Carlos Bolsonaro.

## “Loucura”

Pavan classificou como “loucura” do PL a migração de Carlos Bolsonaro. “Acho uma loucura o que o PL está fazendo em Santa Catarina. Trazer um vereador lá do Rio de Janeiro só para ser candidato, como se nós fôssemos um balcão de negócios”, declarou Pavan, em recente entrevista a um jornal de Santa Catarina.

## Silêncio

No meio disso tudo, Esperidião Amin, que pode virar vítima em todo esse processo, mantém-se em silêncio. Não sinalizou ainda se irá aceitar tal situação, ou se poderá vir a reagir. O que acontece é que o PT enxerga uma janela de oportunidade nessa briga para eleger um senador no que talvez seja o estado mais conservador do país.

## Décio Lima

O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) não aparece mal colocado na disputa para o Senado. Na pesquisa Neokemp, divulgada no final do ano passado, ele tinha 16,2% das intenções de voto. Aparecia, então, empatado com Esperidião Amin, que, na pesquisa, tinha 16,3%.

## De Toni

Segundo a pesquisa, Caroline de Toni tinha 28,6%. Carlos Bolsonaro, 25%. Este ano, cada estado elegerá dois senadores para um mandato de oito anos, renovando, então, dois terços das cadeiras do Senado. De Toni e Carlos também lideram quando se pergunta o segundo voto. Ela, com 27,8%, e ele com 24,2%.



Trad conversou com a embaixadora da União Europeia

## Enquanto Europa trava acordo, Brasil tenta acelerar

Trad diz que tratado UE/Mercosul será analisado rápido

Por Beatriz Matos

## Articulações

Após a reunião com Nelsinho Trad, Geraldo Alckmin afirmou que a decisão do governo brasileiro é seguir com o processo de internalização do acordo, apesar da judicialização no lado europeu.

“É um grande parceiro, porque a decisão do governo é de acelerar o processo. Quer dizer, 25 anos de trabalho, teve um percalço, mas nós vamos superá-lo”, disse o vice-presidente. Segundo ele, o presidente Lula (PT) deve encaminhar o texto ao Congresso para ratificação rapidamente.

Alckmin também defendeu a possibilidade de uma vigência provisória do acordo enquanto o caso é analisado na Justiça europeia, como forma de evitar atrasos prolongados.

## No Senado

No Senado, Nelsinho Trad afirmou já ter alinhado o tema com os presidentes da Câmara e do Senado.

“Eu conversei com os dois presidentes. O presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) vai reunir os líderes no final do mês e vai tratar esse assunto com a maior celeridade possível. A mesma coisa o presidente Davi Alcolumbre (União-AP)”, declarou.

Segundo o senador, a tramitação deve começar pela análise da representação brasileira no Parlamento do Mercosul e avançar pelas comissões pertinentes e pelo plenário. A possibilidade de urgência ainda será discutida.

Um dia após o Parlamento Europeu submeter o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), o Senado brasileiro já começou a articular uma tramitação acelerada do tratado no Congresso Nacional.

A movimentação ocorre após a decisão do Parlamento Europeu de levar o acordo para análise jurídica quanto à compatibilidade com os tratados do bloco, o que paralisa, na prática, o avanço político do texto na Europa e pode atrasar sua entrada em vigor por até dois anos. Assinado no último sábado (17), em Assunção, no Paraguai, após mais de duas décadas de negociações, o acordo ainda precisa ser ratificado pelos legislativos dos dois blocos para entrar em vigor.

Ao longo da quinta-feira (22), o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Nelsinho Trad (PSD-MS), fez duas articulações centrais: pela manhã. Reuniu-se com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), na Vice-Presidência da República, e, em seguida, encontrou-se com a embaixadora da União Europeia no Brasil, Marian Schuegraf, no Senado. Nas duas ocasiões, o senador falou com jornalistas e confirmou que o Congresso deve buscar dar celeridade à análise do tratado.